

DESIGUALDADE ■ Brasil antecipa meta prevista para 2015 de diminuição da extrema pobreza

País reduz miséria em 54%

Sabrina Lorenzi

O Brasil cumpriu a primeira das oito metas do milênio definidas pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) na metade do prazo estabelecido. Ficou acordado em 1990 que a extrema pobreza em cada país deveria recuar à metade num prazo de 25 anos – até 2015. A Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) calculou que o total de pessoas ganhando menos de US\$ 1 por dia – linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial – caiu 54,6% em 13 anos. Em 2005, a extrema pobreza atingiu o nível mais baixo da história, alcançando 5,32% da população. Em 1992, a extrema miséria atingia 11,76% dos brasileiros.

A linha de pobreza traçada pelo Bird, porém, é considerada muito baixa entre especialistas. O ajuste para o Brasil mostra que pessoas que ganham mais de R\$ 46 por mês não estão neste universo, mais adequado para observar países africanos, como pondera o próprio autor da pesquisa da FGV, Marcelo Neri.

—Independentemente da linha, essa redução é motivo para comemorar, já que a pobreza está caindo bastante na ótica de todas as metodologias – avalia o economista, chefe do Centro de Pesquisas Sociais da FGV.

De acordo com a linha traçada por Neri, pela qual é considerado miserável o brasileiro que ganha menos de R\$ 121

por mês, a pobreza também caiu expressivamente no ano passado. A parcela de pobres, que era de 28% em 2003, caiu para 22,7% em 2005. O governo Lula, de acordo com a FGV, tirou da miséria cerca de 12 milhões de brasileiros. Os pobres, contudo, ainda somam 42 milhões de pessoas.

A queda da miséria de 19,18% nos três primeiros anos de governo Lula supera a queda de 18,47%, de 1993 a 1995, fase em que a pobreza mais recuou sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O lançamento do Plano Real reduziu a pobreza de 35% da população para 28,2% do total de brasileiros.

Já a redução no nível de pobreza observada no governo Lula está sendo provocada, sobretudo, por processos de transferência e desconcentração de renda. Retomada de empregos, benefícios da Previdência, aumento do salário mínimo e o Bolsa Família foram citados na divulgação do estudo *Miséria, Desigualdade, Estabilidade – o Segundo Real*.

Apesar dos avanços obtidos no combate à pobreza, Neri critica o aumento da carga tributária como consequência da elevação do mínimo. Além disso, cobra maior monitoramento na concessão do Bolsa Família, que atinge 11,6 milhões de famílias.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24horas

A pobreza em números

Miseráveis na população, em %



PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL EM 2005

	em %	em R\$
50% mais pobres	14,1	123,47
40% intermediários	40,8	440,07
10% mais ricos	45,1	1.876,97



PERCENTUAL DE MISERÁVEIS NAS METRÓPOLES, em %



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ)

ARQUIVO



Mais de 40 milhões de pessoas saíram da pobreza

“Essa redução é motivo para comemorar, já que a pobreza está caindo bastante na ótica de todas as metodologias

Marcelo Neri,
pesquisador da FGV-RJ

A alta do mínimo atinge os brasileiros que ganham menos, por meio da indexação de salários informais

Lena Lavinas,
pesquisadora da UFRJ

■ Crescimento não basta

Mesmo com a economia crescendo a passos curtos, o Brasil tem reduzido a pobreza com mais magnitude do que em tempos de taxas de expansão substanciais, graças à queda da desigualdade. De acordo com Neri, entre 2001 e 2004, os 10% mais ricos tiveram uma queda de 7,5% na renda domiciliar per capita enquanto os 10% mais pobres tiveram um incremento de 23,5% nesse mesmo montante.

— Se, por um lado, a desigualdade é a nossa principal chaga, abre espaço para ações de combate à miséria — explicou. — A alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferência de renda. Na Índia, por exemplo, país muito pobre mas razoavelmente igualitário, não existe solução que não o crescimento.

Para combater a pobreza, se-

gundo Neri, a medida mais eficaz é o Bolsa Família, ainda mais do que o salário mínimo, que tem um custo maior para o Estado a cada aumento. A análise, no entanto, é polêmica.

Na avaliação da pesquisadora da UFRJ Lena Lavinas, a alta do mínimo atinge os brasileiros que ganham menos por meio da indexação de salários informais.

Já Sonia Rocha, especialista em combate à pobreza, avalia que a política de alta do mínimo pode ser negativa. Ela destaca o custo fiscal e também a eventual pressão por trabalhadores mais qualificados em cenário de maior crescimento econômico, o que pode resultar em maior diferença de salários como prêmio para os mais qualificados. (S.L.)

Com agências